

LEI Nº 5.242, DE 24 DE JANEIRO DE 1990.

Institui a Taxa Judiciária, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituída a Taxa Judiciária pela utilização dos serviços judiciais, assim considerados aqueles prestados pelos órgãos do Poder Judiciário no exercício de sua competência.

CAPÍTULO II DO FATO GERADOR

Art. 2º - A taxa referida no art. 1º desta Lei tem como fato gerador a utilização dos serviços judiciários na propositura de ação ou processo judicial, contencioso e não contencioso, ordinário, especial ou acessório, ajuizado perante qualquer Juízo ou Tribunal.

CAPÍTULO III DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 3º - A Taxa Judiciária não incide:

- I - nas execuções de sentença;
- II - nos embargos à execução;
- III - nas reclamações trabalhistas perante os Juízos estaduais.

CAPÍTULO IV DAS ISENÇÕES

Art. 4º- São isentos da Taxa Judiciária:

- I - as ações de alimento;
- II - as ações populares;
- III - os conflitos de jurisdição;
- IV - as desapropriações;
- V - os feitos criminais de ação pública e os incidentes a eles relativos;

- VI - as habilitações para casamento;
- VII - os pedidos de "habeas Corpus" ou de "habeas data";

VIII - os pedidos de alvarás para levantamento de salários, pensões e proventos de aposentadoria ou de valores não excedentes a 10 (dez) BTN;

IX - as prestações de contas testamentárias, de tutela ou curatela;

X - os processos em que forem vencidos os beneficiários da Justiça gratuita ou a União, Estados, Municípios e demais pessoas jurídicas de Direito Público Interno;

XI - os pedidos de concordata e falências.

CAPÍTULO V DA ALÍQUOTA E DA BASE DE CÁLCULO

Art. 5º - A alíquota da Taxa Judiciária será de 2% (dois por cento) e será calculada da seguinte forma:

I - nas ações condenatórias, sobre o valor da condenação;

II - nos demais casos, sobre o valor atribuído à causa.

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese o valor cobrado pode ser inferior a 50% de um BTN fiscal ou outro índice que venha a ser estabelecido em substituição.

Art. 6º - Nos mandados de segurança e nos de injunção, o valor da Taxa Judiciária será recebido pelo Órgão a que se refere o art. 8º desta Lei, ficando à disposição do Juiz ou Relator, somente sendo convertida em renda ordinária se o mandado for, a final, denegado.

CAPÍTULO VI DOS CONTRIBUINTES

Art. 7º - Contribuinte da Taxa Judiciária é a pessoa física ou jurídica que propuser, em qualquer Juízo ou Tribunal, a ação ou processo judicial, contencioso ou não contencioso, ordinário, especial ou acessório.

CAPÍTULO VII DA FORMA DE PAGAMENTO

Art. 8º - A Taxa Judiciária será recolhida através de documento próprio, sendo nas Comarcas do interior, em estabelecimento bancário credenciado ou repartição fiscal do Estado, e na Comarca da Capital, na Tesouraria do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VIII DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

Art. 9º - A Taxa Judiciária será recolhida:

I - de ordinário, antes da distribuição do feito ou despacho do pedido

inicial ou da reconvenção;

II - nos inventários, arrolamento, separações judiciais e divórcios por mútuo consentimento, a final, juntamente com a conta de custas;

III - nas ações propostas por beneficiário da justiça gratuita ou pela União, Estados, Municípios e demais entidades de Direito Público Interno, a final, pelo réu, se vencido, mesmo em parte.

Parágrafo Único - Nas ações condenatórias ou quando for julgada procedente a impugnação ao valor da causa, havendo resíduo, a complementação será efetuada no final.

CAPÍTULO IX DA FISCALIZAÇÃO

Art. 10 - A fiscalização da Taxa Judiciária em autos e papéis que tramitem na esfera judiciária compete, de ordinário, ao Juiz do feito e à Corregedoria da Justiça.

Art. 11 - Nenhum Juiz ou Tribunal poderá despachar petições iniciais ou reconvenção, dar andamento aos feitos ou proferir sentenças em autos sujeitos à Taxa Judiciária sem que deles conste o respectivo pagamento.

Art. 12 - Nenhum serventuário da Justiça poderá distribuir papéis, tirar mandados iniciais, dar andamento a reconvenções ou fazer conclusões de autos para sentença definitiva ou interlocutória em autos sujeitos à Taxa Judiciária sem que esta tenha sido paga.

Art. 13 - O Relator do feito, em segunda instância, quando lhe for presente algum processo em que a taxa devida não tenha sido paga, providenciará, antes de qualquer outra diligência e da revisão para julgamento, a determinação do efetivo pagamento.

CAPÍTULO X DAS PENALIDADES

Art. 14 - Apurando-se a falta de recolhimento ou pagamento insuficiente da taxa, a importância devida será cobrada acrescida da correção monetária do tributo devido, com multa de 100% (cem por cento), juntamente com a conta de custas.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - Fica o Chefe do Poder Judiciário autorizado a baixar normas regulamentares desta Lei.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de janeiro de 1990; 102º da Proclamação da República.

TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR

JOSÉ MORAIS DE SOUTO
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

LEI Nº 5.343, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1990.

Dá nova redação ao Art. 10, da Lei nº 5.201, de 24 de novembro de 1989.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- O Art. 10, da Lei nº 5.201, de 24 de novembro de 1989, que define as Serventias Estatizadas do Foro Judicial do Estado e institui o seu Quadro Permanente de Pessoal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - Os Oficiais de Justiça e os Escrivães, que prestam serviços junto as Varas Criminais, Família, Juizado de Menores, Fazenda Pública, Registro Público e Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, perceberão a gratificação a que se refere o artigo 3º, inciso I e III da Lei nº 5.072, de 23.08.88 acrescida de 1/3 (um terço), a título de compensação.”

Art. 2º- As despesas necessárias ao cumprimento desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Poder Judiciário do Estado.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 03 de dezembro de 1990; 102º da Proclamação da República.

TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR